A PRÁTICA ENQUANTO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3717

Jadi Dias Andrade [1]; Beatriz Fernanda Litoldo[2]

[1] Mestranda em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: jadidiasandrade@gmail.com
[2] Doutora em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas. E- mail: beatriz.litoldo@uftm.edu.br

RESUMO: As experiências formativas desenvolvidas na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (LECampo/UFTM), evidencia como a prática, articulada ao território e à interdisciplinaridade, pode constituir-se como processo de produção de conhecimento. Tem como objetivo apresentar a sistematização de práticas vivenciadas ao longo do processo formativo, o qual permite compreender como os saberes acadêmicos se ressignificam quando tensionados pela realidade social. A metodologia caracteriza- se como relato de experiência formativa, de natureza qualitativa. Dividida em dois relatos, pela situação (i), a construção do Teatro Gabirú, articulando Matemática, Ecologia e Direitos Humanos; e a Situação (ii) a exploração de razões trigonométricas no estudo da acessibilidade de rampas em contexto comunitário. Conclui-se que a interdisciplinaridade, quando construída a partir de problemáticas reais, supera a justaposição de conteúdos e assume caráter político-pedagógico.

Palavras-chave: Formação Inicial; LECampo; Interdisciplinaridade; Educação Matemática; UFTM.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, segundo Caldart (2012), é compreendida como uma prática social em processo de constituição histórica. Ela:

> Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido. Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que o impedem. Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela [...] (Caldart, 2012, p.263-264).

As lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo envolvem o desafio da formação dos trabalhadores, destacando sua importância como mediação essencial na

apropriação e produção do conhecimento necessário. Simultaneamente, enfrentam as relações sociais perversas refletidas pela ausência de educação no campo e confrontadas pela sua conquista. A Educação do Campo, especialmente enquanto prática dos movimentos sociais camponeses, busca articular a luta pelo acesso à educação pública de qualidade com a resistência à tutela política e pedagógica do Estado, reafirmando que este não deve ser o único educador do povo.

Nesse contexto, os educadores são reconhecidos como sujeitos centrais na formulação pedagógica e nas transformações da escola. As lutas da Educação do Campo têm defendido a valorização do trabalho desses educadores e uma formação específica alinhada a essa perspectiva (Caldart, 2012). Essas características delimitam a Educação do Campo como uma prática social que não se define de forma autossuficiente nem exclusivamente a partir das questões educacionais, mas ao expor e confrontar as contradições sociais que a constituem. Como afirma Molina (2004), a Educação do Campo:

> [...] significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; no campo dos movimentos sociais significa um alargamento das questões da agenda de lutas; no campo da política pública significa pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação [...] a dimensão da reflexão pedagógica significa [...] discutir a arte de educar, e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado (Molina, 2004, p. 23).

A autora aponta que a Educação do Campo é um espaço de lutas, envolvendo tanto a questão da reforma agrária quanto a implementação de políticas públicas alinhadas à lógica do trabalho pedagógico nas escolas do campo. Esse contexto abrange educadores e educandos, destacando uma formação fundamentada em princípios sociais e humanos, em contraposição à lógica do capital. Caldart (2008) pontua que:

> [...] a Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma a agrária com as lutas e resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seus territórios, sua identidade (Caldart, 2008, p. 72).

Dessa forma, a proposta da Educação do Campo é construída no contexto dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A expansão da Educação Superior do Campo tem ganhado relevância, especialmente na

formação de educadores, por meio da implementação de cursos de graduação voltados para essa área. Um exemplo dessa expansão são as 42 Licenciaturas em Educação do Campo oferecidas por diversas Instituições de Ensino Superior no Brasil (Molina, 2015). Esses cursos foram criados para atender à demanda dos movimentos sociais, com o objetivo de proporcionar uma formação superior acadêmica adequada à realidade campesina, fortalecendo a educação nas comunidades do campo.

Desse modo, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm como foco a formação de professores para a Educação Básica, com ênfase na organização escolar e no desenvolvimento do trabalho pedagógico para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo principal é preparar educadores não apenas para a docência, mas também para a gestão de processos educativos tanto nas escolas quanto nas comunidades de seus educandos.

A formação docente nesse contexto exige práticas que rompam com a fragmentação disciplinar e reconheçam a realidade concreta como eixo estruturante do processo educativo. Molina (2015) destaca que as Licenciaturas em Educação do Campo surgem para responder à necessidade de formação específica, organizada por áreas de conhecimento e sustentada por uma lógica territorial.

O relato de experiência aqui apresentado, tem como objetivo apresentar a sistematização de práticas vivenciadas no interior do processo formativo, o qual permite compreender como os saberes acadêmicos se ressignificam quando tensionados pela realidade social. Trata-se de reconhecer a prática como lugar de produção de conhecimento, na perspectiva da *práxis*.

Assim, serão apresentadas e discutidas duas experiências formativas desenvolvidas na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (LECAmpo/UFTM):

- Situação (i): a construção do Teatro Gabirú, articulando Matemática, Ecologia e Direitos Humanos;
- Situação (ii): a exploração de razões trigonométricas no estudo da acessibilidade de rampas em contexto comunitário.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência formativa, de natureza

qualitativa, desenvolvido no curso na LECampo/UFTM. A LECampo/UFTM integra o conjunto das licenciaturas criadas no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Procampo), estruturadas por áreas do conhecimento e fundamentadas na articulação entre universidade e território. As experiências aqui relatadas ocorreram em disciplinas da área de Ciências da Natureza e Matemática, sob o regime da Pedagogia da Alternância, que organiza o curso em dois tempos formativos complementares: Tempo-Escola (TE) e Tempo- Comunidade (TC).

No TE, os educandos se deslocam para a universidade, onde têm aulas integrais, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no ambiente universitário. No TC, os educandos voltam para suas localidades de origem e realizam atividades orientadas por professores, em diálogo com a comunidade, abordando questões da realidade local. Esse período ocorre em espaços como escolas públicas, comunitárias e instituições que atendem populações do campo, integrando a prática educativa com as demandas locais (UFTM, 2023). Tal organização rompe com a lógica de formação dissociada da realidade, permitindo que os conteúdos acadêmicos sejam tensionados pelas demandas concretas dos territórios.

A primeira experiência (Situação i) foi desenvolvida no TE, envolvendo as disciplinas Funções e suas Aplicações no Campo Agrário, Educação em Direitos Humanos e Ecologia Geral no Contexto da Educação do Campo. A culminância ocorreu por meio da construção de um projeto teatral interdisciplinar.

A segunda experiência (Situação ii) ocorreu na disciplina de Trigonometria e Números Complexos, articulando TE e TC. No TE, foram estudadas o conteúdo das razões trigonométricas e, no TC, realizaram-se visitas de campo na cidade de Rio Pardo de Minas (MG), com medições de rampas e visita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no local.

DESENVOLVIMENTO DOS RELATOS

A seguir, apresentam-se o desenvolvimento dos relatos de experiência.

SITUAÇÃO 1 – O TEATRO GABIRÚ COMO SÍNTESE INTERDISCIPLINAR

A proposta interdisciplinar resultou na criação do Teatro Gabirú, desenvolvido pelos educandos do segundo período da LECAmpo/UFTM. O enredo situava-se em uma cidade fictícia, Tangamandápio, marcada pela superpopulação de queixadas que afetava diretamente as

plantações de milho. A problemática central girava em torno dos impactos dessa superpopulação na produção agrícola e nos conflitos dela decorrentes. A narrativa teatral reuniu agricultores familiares, representantes do agronegócio, ambientalistas e gestores públicos, que debatiam possíveis soluções para conciliar a produção agrícola com a preservação ambiental. A Imagem 1 registra um momento da peça em que os personagens se reúnem para discutir coletivamente o problema das queixadas.

IMAGEM 1 – REUNIÃO ENTRE OS PERSONAGENS DO TEATRO GABIRÚ



Fonte: Arquivo das autoras, 2022.

O problema ocasionava prejuízos expressivos aos pequenos produtores rurais, atingindo também aqueles com maior escala de produção. Entre os personagens das cenas estava a vereadora do município, eleita pela comunidade, que orientou os agricultores a elaborarem uma proposta a ser apresentada na câmara municipal. Ao final do primeiro encontro, ocorreram debates acalorados: parte dos participantes defendia o abate total dos animais, enquanto outros posicionavam-se pela preservação da espécie. Diante da ausência de consenso, decidiu-se agendar uma nova reunião para o mês seguinte, solicitando aos ambientalistas que apresentassem uma alternativa capaz de atender aos diferentes interesses envolvidos.

Na segunda reunião, foi sugerida a captura das queixadas para transferência a outra reserva, onde existia maior população de onças e um cenário de desequilíbrio ambiental. A proposta, contudo, não foi aceita pelos representantes do agronegócio nem da agricultura familiar. Assim, emergiu uma nova alternativa: o abate de 40% dos animais, medida que acabou sendo aprovada e marcou o encerramento da reunião. A cena final apresenta a manchete de um jornal local, noticiando a morte de três bezerros no município de Tangamandápio, com relatos de

moradores que perderam dez animais na semana anterior. As informações indicam a atuação de uma onça na região, enquanto biólogos investigam a situação, apontando a escassez de alimento decorrente da redução da população de porcos-queixadas.

A discussão por trás da matemática se conectou as discussões ecológicas, ao realizar a reflexão sobre os conceitos de união, interseção e classificação de conjuntos, ao estudares as diferentes áreas de produção e preservação ambiental. A decisão tomada na reunião dos personagens pelo abate de 40% das queixadas suscitou discussões sobre capacidade de suporte, dinâmica populacional e efeitos em cascata nas cadeias alimentares (Begon; Townsend; Harper, 2007).A Matemática, nesse contexto, foi mobilizada como linguagem de interpretação ecológica. O debate teatral revelou tensões entre interesses econômicos e direitos ambientais, problematizando a tomada de decisão coletiva.

As discussões também abordaram a importância de respeitar as fronteiras dos direitos de cada indivíduo, promovendo uma análise crítica de atitudes e comportamentos que, muitas vezes, violam a dignidade alheia de forma sutil ou inconsciente. Esse aprofundamento foi essencial para exercitar o pensamento crítico sobre as complexas dimensões dos Direitos Humanos e instigou reflexões que contribuíram para o desenvolvimento da proposta de interdisciplinaridade e sobre o papel de cada um na promoção de uma cultura de respeito, considerando que o exercício dos próprios direitos deve sempre respeitar as liberdades e a dignidade dos outros.

Entretanto, a adoção dessa estratégia gera efeitos em cascata na cadeia alimentar, evidenciados pela redução de presas disponíveis para os predadores naturais, como as onças. Tal situação expressa o princípio da interdependência entre as espécies em um ecossistema, no qual alterações em uma população repercutem diretamente nas demais. Assim, o manejo populacional, embora por vezes necessário, precisa ser acompanhado de ações complementares como a restauração de habitats e o fortalecimento das cadeias alimentares locais, a fim de minimizar impactos negativos a longo prazo e garantir o equilíbrio ecológico.

Para a concretização da proposta, foram organizados diferentes momentos de trabalho coletivo, nos quais os grupos discutiram o conteúdo das apresentações teatrais. Nessas etapas, os estudantes colaboraram na produção de cartazes de divulgação (Imagem2) e na elaboração dos roteiros, definindo os papéis dos personagens e articulando os conteúdos de cada disciplina. Esse processo favoreceu reflexões conjuntas e a escolha coletiva dos elementos da peça, permitindo a personalização do contexto da apresentação.

IMAGEM 2 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA APRESENTAÇÃO TEATRAL ELABORADO PELOS ESTUDANTES.



Fonte: Arquivo das autoras, 2022.

A divulgação do teatro possibilitou o envolvimento de todos os alunos participantes do projeto e convidou a comunidade acadêmica a prestigiar o evento, garantindo maior integração entre os sujeitos. Com o apoio dos professores, os estudantes também organizaram e decoraram o espaço cênico, criando um ambiente adequado para as encenações. A colaboração estendeu- se ainda à preparação de alimentos e bebidas para a confraternização posterior.

Desse modo, a proposta do Teatro Gabirú, com foco em discutir o problema das queixadas, evidenciou a interdisciplinaridade como prática, integrando conhecimento matemático, ecológico e ético-políticos. Todo o processo da elaboração do roteiro aos ensaios foi construído coletivamente, fortalecendo os vínculos entre os estudantes e promovendo uma experiência formativa, baseada na cooperação, na participação e no aprendizado compartilhado.

SITUAÇÃO 2 – RAZÕES TRIGONOMÉTRICAS E ACESSIBILIDADE

A prática relatada foi desenvolvida ao longo do semestre letivo do curso, articulando as atividades do TE e do TC. No TE, foram trabalhados os conteúdos de Trigonometria no Triângulo Retângulo (Iezzi, 2013), tomando como ponto de partida uma problematização vinculada à semirrealidade: a inclinação de rampas e sua relação com a acessibilidade. Essa abordagem possibilitou aprofundar a discussão sobre o direito de acesso das pessoas com deficiência (PcD), relacionando tal temática aos conceitos de razões trigonométricas estudados na

disciplina.

Aplicados ao contexto da acessibilidade, esses conceitos permitiram analisar o cálculo da inclinação de rampas a partir da representação de um triângulo retângulo, utilizando a tangente do ângulo formado entre o solo e a rampa, isto é, a relação entre o deslocamento horizontal (cateto adjacente) e o vertical (cateto oposto) (Iezzi, 2013). Assim, a Prática como Componente Curricular (PCC) teve como objetivo explorar essas noções trigonométricas e identificar suas aplicações em situações concretas do cotidiano

Como etapa inicial da PCC, realizou-se uma visita de campo em Rio Pardo de Minas, do Norte de Minas Gerais, nas proximidades da Comunidade Teiú, onde reside a primeira autora. A atividade também considerou a localização pela na Imagem 3 da UFTM, situada em Uberaba/MG, destacando a distância aproximada de 1.000 km entre a universidade e o município onde a prática foi realizada, bem como o trajeto de cerca de 16 km entre a comunidade e a cidade.



Fonte: Adaptado de Google imagens e Google Earth, 2026.

A visita de campo contemplou diferentes pontos da cidade, com o objetivo de observar as rampas existentes. A partir dessa atividade e das discussões realizadas em sala de aula, surgiram reflexões sobre as potencialidades do ensino de Trigonometria no Triângulo Retângulo por meio da análise dessas estruturas. Foi possível compreender como as rampas são projetadas para atender às necessidades da população e perceber a presença da matemática em diversos contextos, desde construções civis até questões de caráter social. Em um segundo momento da PCC, com foco na acessibilidade, realizou-se uma visita à APAE, uma instituição de natureza filantrópica, cultural, educacional e assistencial, organizada pela sociedade civil e sem fins lucrativos.

A associação conta com a participação de familiares, colaboradores e da comunidade em geral, atuando no atendimento às pessoas com deficiência. O trabalho foi um momento de diálogo com a equipe da instituição, nos quais se discutiram as condições de acessibilidade, a presença das rampas na cidade e as barreiras enfrentadas em espaços não adaptados. Essas reflexões evidenciaram a relação entre acessibilidade e inclusão, destacando o papel das razões trigonométricas na construção, avaliação e adequação de rampas e outros elementos essenciais para garantir o acesso de todos aos diferentes ambientes. No campo da Matemática, a discussão aprofundou-se na realização de cálculos e na análise das inclinações das rampas, utilizando a tangente dos ângulos como instrumento para avaliar se essas estruturas atendem às normas de acessibilidade.

Tal abordagem evidenciou, de forma concreta, a articulação entre conceitos matemáticos e questões sociais relacionadas à inclusão. Discutir sobre a acessibilidade com os educandos possibilita desenvolver um olhar crítico sobre a importância das rampas em espaços públicos e privados, uma vez que elas garantem a mobilidade de pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida. sobre a acessibilidade com os educandos possibilita desenvolver um olhar crítico sobre a importância das rampas em espaços públicos e privados, uma vez que elas garantem a mobilidade de pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, ainda que “uma situação envolvendo acessibilidade possa não estar presente de forma direta no cotidiano do estudante, ela encontra-se próxima à vida dele ao refletir sobre a vivência deste na sociedade” (Litoldo, 2021, p. 158).

Assim, é essencial assegurar que pessoas com deficiência, especialmente motora, tenham

acesso à escola e a serviços que atendam às suas necessidades. Lopes e Oliveira (2012), no texto " A criança com necessidade especial na escola do campo", discutem a inclusão de crianças com deficiência em escolas rurais, evidenciando desafios como a infraestrutura limitada e a escassez de recursos pedagógicos. As autoras ressaltam a importância de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos, independentemente de suas condições físicas ou mentais. A visita à APAE favoreceu uma reflexão crítica sobre a necessidade de um olhar mais atento às pessoas com deficiência (PcD), frequentemente invisibilidades, são deixadas à margem da sociedade sem a dignidade inerente, principalmente, quando estas vivem no campo (Caiado & Meletti, 2011). Essa discussão dialoga com os princípios da Educação do Campo, que reivindica direitos e melhores condições educacionais para essas populações.

A observação da cidade concentrou-se nas construções públicas e privadas, onde se constatou a presença predominante de degraus em estabelecimentos como farmácias, mercados e lojas. Também se verificou que algumas rampas nas calçadas não garantem acessibilidade, pois apresentam degraus logo após sua estrutura, configurando barreiras para pessoas com deficiência motora (Imagem 4).

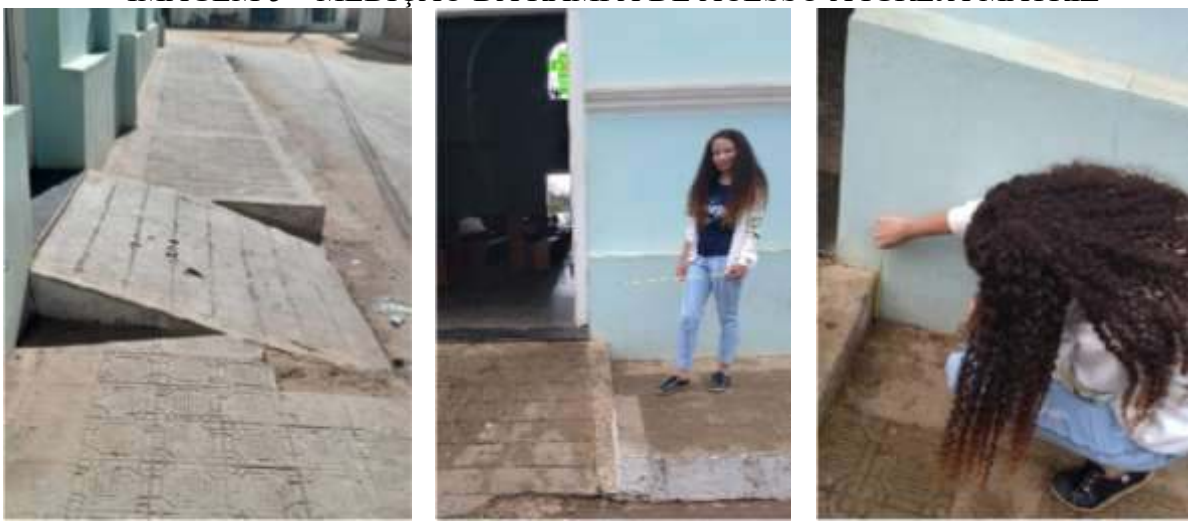
IMAGEM 4: RAMPA DE ACESSO SEGUIDA DE DEGRAU.



Fonte: Arquivo das autoras, 2024.

Verificou-se que outras rampas da cidade também não garantem acesso adequado aos estabelecimentos, como a da Igreja Matriz, situada na praça central. Com o uso de uma trena, foram medidas suas dimensões (Imagem 5) e, posteriormente, calculada a inclinação por meio das razões trigonométricas. Considerando uma altura de 38,5 cm e um comprimento horizontal de 152 cm, obteve-se uma inclinação aproximada de 25%, valor superior ao limite de 8,33% recomendado pelas normas de acessibilidade (ABNT, 2020).

IMAGEM 5 – MEDIÇÃO DA RAMPA DE ACESSO À IGREJA MATRIZ



Fonte: Arquivo das autoras, 2024.

Assim, ao estudar a tangente de um ângulo agudo para representar a inclinação de uma rampa, foi possível constatar que algumas estruturas da cidade não atendem às conformidade com as orientações das normas técnicas de acessibilidade. No caso da rampa da Igreja Matriz, os cálculos realizados com base na tabela trigonométrica indicaram um ângulo aproximado de 14º (tg 14º = 0,2493), valor acima do limite máximo recomendado de 5º para que a rampa seja considerada acessível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As duas experiências revelam convergências. Em ambas, a Matemática foi ressignificada como instrumento crítico de leitura da realidade, deixando de ocupar um lugar abstrato e isolado para assumir uma função interpretativa e formativa. A articulação entre as disciplinas Funções e suas Aplicações no Campo Agrário, Educação em Direitos Humanos e Ecologia Geral no Contexto da Educação do Campo, possibilitou compreender que os conceitos matemáticos, quando relacionados às vivências do território, tornam-se mediadores da análise social, ambiental e humana. No Teatro Gabirú**,** os conceitos matemáticos foram mobilizados para interpretar conflitos ecológicos e sociais a partir da noção de união e intersecção de conjuntos, tomando o conceito de conjuntos, e outros conceitos matemáticos, como cálculo de porcentagens, como linguagem estruturadora do diálogo entre interseção das diferentes áreas do meio ambiente, ecologia e Direitos Humanos.

O trabalho interdisciplinar desenvolvido com as três disciplinas favoreceu a construção de um projeto coletivo que integrou saberes distintos em torno das relações entre território, natureza e ação humana. Os Direitos Humanos apareceram como o fio condutor que costura essas dimensões, trazendo para o debate as consequências das ações, atitudes e tomadas de decisão sobre o território e sobre a vida. Ao discutir dignidade, justiça social e direito à existência em um ambiente equilibrado, os estudantes refletiram que preservar ou degradar um espaço não é apenas uma escolha técnica, mas também ética e política.

Destaca-se a necessidade de reconhecer o valor humano e os direitos atrelados a ele, como parte inseparável dessas relações. Dessa maneira, os conceitos teóricos das disciplinas, extrapolaram suas noções cientificas e passara a simbolizar também a concretude das conexões entre conhecimento científico, consciência social e compromisso ético, mediante a problemática proposta pelo teatro. O teatro como um processo formativo, traduzindo conceitos matemáticos, ecológicos e humanitários em uma narrativa crítica que evidenciou que natureza, sociedade e educação não são campos separados, mas contextos que se interligam continuamente.

Relativamente ao estudo das rampas, o estudo trigonométrico tornou visível a inadequação de estruturas urbanas. A experiência formativa relacionada à acessibilidade evidenciou que a matemática também pode denunciar invisibilizações históricas, especialmente no que se refere às pessoas com deficiência em contexto campesino. A análise do espaço urbano e escolar, aliada às discussões sobre direitos humanos e legislação inclusiva, permitiu compreender que medir inclinações, calcular proporções ou avaliar estruturas não é apenas um exercício técnico, mas uma forma de problematizar quem pode ou não acessar determinados espaços.

Nesse sentido, os conceitos matemáticos funcionaram como linguagem de denúncia e de garantia de direitos**,** contribuindo para refletir sobre inclusão, permanência e participação social. A aproximação com realidades institucionais e comunitárias ampliou a percepção acerca das desigualdades educacionais e da necessidade de uma educação que considere as múltiplas dimensões humanas. A Pedagogia da Alternância mostrou-se fundamental ao articular teoria e território**,** evidenciando a prática como espaço de produção de conhecimento interdisciplinar.

Os estudos realizados em TE e as visitas de campo realizadas em TC, demonstraram que o conhecimento se constrói no movimento entre universidade, comunidade e experiência. Indicam que a integração entre TE e TC, reconhecida pela Pedagogia da Alternância, é essencial

para compreender que o processo de construção do conhecimento não se dá de modo isolado, mas sim, na retroalimentação dos diversos tempos e espaços que, em confluência, se integram e constituem, juntos, o contexto de formação.

Posto isso, a partir de ambas as experiências narradas, compreende-se que a fragmentação curricular é rompida, permitindo: compreender a matemática como ferramenta de interpretação do território; relacionar ecologia, produção agrícola e justiça social; problematizar direitos humanos a partir de situações concretas; fortalecer a formação docente crítica voltada à Educação do Campo e, reconhecer que o aprendizado envolve observar, analisar, representar e intervir na realidade, e que ele acontece a todo momento e em diversos espaços.

Assim, as experiências analisadas apontam que a interdisciplinaridade não se limitou a uma junção de conteúdos**,** mas constituiu um processo formativo que articulou ciência, cultura, território e compromisso social. A matemática, nesse contexto, deixou de ser apenas cálculo para tornar-se leitura do mundo, uma leitura que permite compreender, questionar e intervir na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo apresentar a sistematização de práticas vivenciadas no interior do processo formativo, o qual permite compreender como os saberes acadêmicos se ressignificam quando tensionados pela realidade social. Ao analisar e discutir duas experiências formativas desenvolvidas na LECampo/UFTM, evidencia-se como a prática, articulada ao território e à interdisciplinaridade, pode constituir-se como processo de produção de conhecimento. As ações realizadas, como a construção do Teatro Gabirú e o estudo da acessibilidade por meio das razões trigonométricas, buscaram relacionar conteúdos acadêmicos a problemas concretos, promovendo uma formação docente crítica, contextualizada no cotidiano e socialmente situado.

As experiências relatadas demonstram que a prática formativa na LECampo/UFTM se configura como espaço privilegiado de construção de saberes situados academicamente e territorialmente, pois parte das vivências, das necessidades e das contradições presentes na realidade do campo. Em ambas as situações, a interdisciplinaridade foi construída a partir de questões reais, superando a fragmentação disciplinar e assumindo um caráter político-

pedagógico ao integrar Matemática, Ecologia e Direitos Humanos. No Teatro Gabirú, a abordagem teatral possibilitou refletir sobre conflitos socioambientais, tomada de decisões e respeito aos direitos humanos, levando os licenciados a questionarem suas próprias atitudes e a reconhecerem como ações individuais e coletivas impactam o equilíbrio ambiental e a convivência social.

A atividade favoreceu o desenvolvimento de uma visão crítica e sensível diante de temas complexos, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes, capazes de dialogar, analisar e intervir em sua realidade. De modo complementar, a experiência com o estudo das rampas evidenciou a Matemática como ferramenta de leitura e interpretação do mundo. Ao analisar a inclinação e as condições de acessibilidade dos espaços urbanos, os conceitos matemáticos podem revelar situações de exclusão e desigualdade, mostrando que calcular também é um ato de compreender e problematizar a realidade. A vivência reforçou a importância de contextualizar o ensino no cotidiano, demonstrando que a Matemática ultrapassa o campo abstrato e se insere nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida cotidiana.

As reflexões realizadas junto às instituições e aos espaços da comunidade também evidenciaram a necessidade de ampliar o debate sobre inclusão e acessibilidade, especialmente no contexto do campo, onde ainda persistem limitações estruturais e pouca visibilidade das demandas das pessoas com deficiência (PcD). Discutir essas questões na formação docente contribui para que futuros educadores reconheçam seu papel na construção de práticas educativas mais justas e inclusivas. Nesse percurso, a Pedagogia da Alternância revelou-se elemento estruturante, ao possibilitar a relação entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, garantindo que o território fosse princípio organizador do currículo e fonte legítima de conhecimento. Foi nesse movimento que teoria e prática se entrelaçaram, permitindo que os licenciados relacionassem saberes acadêmicos às experiências vividas em suas comunidades.

Conclui-se, portanto, que as práticas desenvolvidas contribuíram para a formação dos educadores do campo, ao promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento, fortalecer a leitura crítica da realidade e reafirmar a educação como instrumento de transformação social. Ao articular conteúdos matemáticos, questões ambientais e direitos humanos, as experiências evidenciam que ensinar e aprender no contexto da Educação do Campo implica construir conhecimentos comprometidos com a dignidade, a inclusão e cidadania. Ambos os relatos possibilitaram ressignificar o ensino da Matemática ao integrá-la, de forma

interdisciplinar, a questões sociais urgentes e presentes na realidade dos sujeitos do campo. As experiências evidenciaram que, quando se articulada o conhecimento acadêmico a temas como acessibilidade, meio ambiente e direitos humanos, deixa de ser apenas um conteúdo disciplinar e passa a constituir-se como instrumento de leitura, compreensão e transformação do mundo.

Mais do que trabalhar conceitos matemáticos, por exemplo, as práticas formativas mostraram que a educação, quando compreendida como processo de produção de conhecimento, abre possibilidades amplas de diálogo com outras disciplinas, como a Ecologia, os Direitos Humanos, a Inclusão e a Acessibilidade. Essas práticas são fundamentais para ir além dos limites do saber acadêmico, pois nos convocam a questionar o mundo, nossas atitudes e nossas ações. Ao discutir direitos humanos, somos levados a repensar nossas próprias posturas diante do outro; ao refletir sobre a ecologia, compreendemos a importância do equilíbrio natural e como ele interfere diretamente na vida em sociedade e nas condições de existência das populações.

Desse modo, as experiências reforçam que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas promover reflexões que evidenciem socialmente a realidade em sociedade, que nossas escolhas impactam o coletivo, o ambiente e os direitos do outro. Levar para a sala de aula problemáticas reais e vivenciadas contribui para formar estudantes críticos, sensíveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua responsabilidade social, cidadã e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BEGON, Miguel; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAIADO, Katia Regina Mireno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 17, n. 1, p. 93–104, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. dos (org.). **Campo: políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 7).

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário**

da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar**. v. 3: Trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

LITOLDO, Beatriz, Fernanda. **A contextualização e os níveis de demanda cognitiva de tarefas de Geometria presentes em livros didáticos de Matemática sob a perspectiva do Opportunity-to-Learn**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

LOPES, Lidiana Aparecida; OLIVEIRA, Amanda N. S. A criança com necessidade especial na escola do campo. In: **IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**, 4., 2012, Caruaru. Anais [...]. Caruaru, PE, 2012. Disponível em: https://silo.tips/download/a-criana-com-necessidade-especial-na-escola-do-campo. Acesso em: 26 fev. 2026.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 145–166, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna.; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. (orgs.). **Por um tratamento público da Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Disponível em: Acesso em: 26 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo**. Uberaba: UFTM, 2023. Disponível em https://www.uftm.edu.br/licenciatura-em-educacao-do-campo. Acesso em: 26 fev. 2026.